

Aracaju, 9 de Junho de 2016

**Ao Diretor Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes**

**Ao Chefe Geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Manoel Moacir Macedo**

**Aos demais Chefes Gerais de unidades da Embrapa presentes no Semiárido brasileiro**

Com o lema *Guardiões da Biodiversidade, Cultivando Vidas e Resistência no Semiárido*, nós, 370 agricultoras e agricultores vindos de dez estados e técnicos e técnicas de organizações da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), estivemos reunidos entre os dias 6 e 9 de junho de 2016, em Aracaju-SE, por ocasião do IV Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores. Nosso encontro é, antes de tudo, um momento de celebração e reafirmação do protagonismo de agricultores e agricultoras como agentes de inovação técnica e social para a convivência com o Semiárido. As cisternas de placas e tantas outras tecnologias sociais que se disseminam para centenas de milhares de famílias no Semiárido, a partir dos programas da ASA, são expressões vivas da capacidade criativa de agricultores e agricultoras na geração de soluções práticas para problemas concretos que vivenciam na gestão técnica e econômica de seus sistemas de produção e em suas estratégias de beneficiamento e comercialização de alimentos saudáveis. Além de serem geradas a partir da valorização dos recursos locais, essas soluções técnicas e sócio organizativas disseminam-se com base em intercâmbios de agricultor(a) a agricultor(a). Inovações metodológicas na geração e disseminação de conhecimentos na agricultura como a que estamos vivenciando no Semiárido brasileiro ganham crescente reconhecimento internacional por meio de documentos recentes lançados por órgãos vinculados às Nações Unidas (ONU), como a Avaliação Internacional da Pesquisa Agrícola (IASSTD).

Com base nessas capacidades de agricultores e agricultoras experimentadores, muitos avanços positivos na gestão dos estabelecimentos da agricultura familiar do Semiárido brasileiro ocorreram no curso da última década e meia. Mesmo após o mais duro período de seca verificado na região nos últimos 50 anos, a parcela da agricultura familiar diretamente envolvida nesses processos de inovação local permaneceu produzindo seu sustento alimentar e gerando renda ao abastecer mercados locais com alimentos de alta qualidade. Essa realidade vem sendo documentada em pesquisa realizada em parceria com o Instituto do Semiárido (INSA), em territórios de 10 estados nos quais os programas da ASA vêm sendo implementados, evidenciando na prática caminhos viáveis para a construção da resiliência social e ecológica.

Diante do cenário de mudanças climáticas globais, é urgente avançar na agenda de pesquisa e inovação orientada pelo princípio da convivência com o Semiárido. Consideramos que o estreitamento de relações de parceria com instituições dedicadas à pesquisa agropecuária é um dos elementos chave para esse avanço. Iniciativas fecundas de parceria entre várias de nossas organizações com unidades da Embrapa já estão em curso. No entanto, elas

permanecem tímidas diante do potencial instalado na Embrapa. Além da limitação de recursos financeiros e humanos investidos em projetos de pesquisa-desenvolvimento em coerência com o paradigma da convivência com o Semiárido, temos constatado com preocupação a crescente orientação da empresa para o desenvolvimento de estilos de agricultura no Semiárido incompatíveis com as especificidades ecológicas do bioma Caatinga e das peculiaridades socioculturais do Semiárido brasileiro.

As iniciativas de parceria em curso antes referidas baseiam-se em um enfoque de pesquisa que valoriza a plena participação de agricultoras e agricultores em todas as etapas do processo de inovação. Algumas delas vêm sendo apoiadas pela carteira de projetos gerida pelo Macroprograma 06 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar à Sustentabilidade do Meio Rural, um espaço institucional que ocupa papel destacado na agenda de pesquisa para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais da Embrapa e vem, no decorrer dos últimos anos, sobretudo nas suas últimas duas gestões, inovando nos formatos e metodologias de pesquisa com esse amplo e diversificado segmento social. Os avanços obtidos nesse período são coerentes com orientações definidas em importantes debates internacionais ocorridos no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar, sobretudo pelo fato deles apontarem a necessidade de desenho e execução de agendas de pesquisa a partir do enfoque de desenvolvimento territorial e por meio de perspectivas interdisciplinares e participativas. Fomos surpreendidos na última semana com a notícia da nomeação da pesquisadora Daniela Matias de Carvalho Bittencourt para o cargo de Coordenadora Técnica do referido Macroprograma. Levando em conta que essa pesquisadora não possui nenhuma identidade profissional com o escopo de pesquisa na área da agricultura familiar e dedica sua atenção à investigação na área de biotecnologias e transgenia, acreditamos que não possui o perfil adequado para a coordenação do Macroprograma, fato que poderá comprometer os avanços institucionais obtidos até agora.

Outro sinal de preocupação vem da recente orientação de unidades da região para limitar o escopo de atuação a temas (no caso de unidades temáticas) e áreas geográficas (no caso de unidades ecorregionais), dificultando o estabelecimento de arranjos de pesquisa em rede que contemplem a diversidade fisiográfica e a complexidade multidimensional da agricultura familiar do semiárido. Um exemplo disso vem da restrição já anunciada à continuidade de fecundas parcerias de pesquisa já estabelecidas entre organizações da ASA e a Embrapa Tabuleiros Costeiros.

O anúncio recente da criação de uma organização territorial para o desenvolvimento da produção em escala de grãos, principalmente milho e soja, envolvendo 171 municípios dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia (SEALBA), com protagonismo da Embrapa, também é razão de grande preocupação. Um projeto de tal magnitude contraria frontalmente a lógica de convivência com o Semiárido que vem sendo colocada em prática com sucesso a partir dos programas públicos executados em parceria com a sociedade civil. A experiência brasileira e em várias outros países já demonstrou que a produção de grãos em larga escala não promove desenvolvimento social e econômico. Gera exclusão social, degradação ambiental e deterioração da saúde coletiva a expensas de altos investimentos públicos. Um projeto efetivamente voltado à promoção do desenvolvimento sustentável na região deveria passar

pelo crivo da participação social e se estruturar a partir dos fundamentos técnicos, sociais e econômicos já demonstrados por meio das iniciativas de convivência com o Semiárido promovidas a partir de mais de uma década de investimento do Estado brasileiro.

Manifestamos nossa firme expectativa de que a Embrapa aprofunde e diversifique seus investimentos na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) para além dos compromissos já assumidos com o Segundo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo II). Permanecemos no aguardo do processo já negociado no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) de abertura dos bancos de germoplasma da Embrapa, para que variedades perdidas pelas comunidades voltem a ser cultivadas em suas regiões de origem e que possam enriquecer o patrimônio da agrobiodiversidade da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais. Por outro lado, esperamos armazenar amostras de nossas sementes locais em condições adequadas de conservação por longos períodos. Prioridade nesse caso é para nossas variedades de milho, que estão expostas à contaminação pelos transgênicos. Nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso para com a execução do projeto *Agrobiodiversidade do Semiárido Brasileiro: fortalecimento das estratégias e das redes de conhecimento e uso da socioagrobiodiversidade no Semiárido brasileiro* recentemente acordado entre a ASA e a Embrapa.

A ASA permanecerá ativa na construção de um estilo desenvolvimento rural baseado no princípio da convivência com o semiárido que seja capaz de superar estruturalmente o quadro de desigualdade social gerado pelos processos de ocupação agrária e de desenvolvimento agrícola na região. Para tanto, espera aprofundar as relações de parceria com a Embrapa, criando mecanismos inovadores que favoreçam a participação protagonista de agricultores e agricultoras nas ações de pesquisa e inovação.